JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS ISSN 1981-1969

http://10.5380/jpe.v20i1.101937

ARTIGO

(In)visibilidade institucional da maternidade na universidade: políticas institucionais em apoio às pós-graduandas mães da UNIFESP

Institutional (in)visibility of motherhood in the university: institutional policies supporting UNIFESP postgraduate mothers

(In)visibilidad institucional de la maternidad en la universidad: políticas institucionales de apoyo a las madres de posgrado en la UNIFESP

Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso[1]
Sabrina Detrich Tourinho Ferreira[2]

Citação*:* CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves; FERREIRA, Sabrina Detrich Tourinho. (In)visibilidade institucional da maternidade na universidade: políticas institucionais em apoio às pós-graduandas mães da UNIFESP. *Jornal de Políticas Educacionais.* V. 20, e101937. Setembro de 2026.

Submetido em: 04 de novembro 2025
Aprovado em: 27 de janeiro 2026

Resumo: A maternidade, na realidade patriarcal-capitalista-racista, permanece atravessada por desigualdades que comprometem a carreira científica de mulheres-mães. Este artigo, fruto de pesquisas anteriores, busca analisar as políticas institucionais de apoio à maternidade para discentes mães de pós-graduação *stricto sensu* da UNIFESP. A pesquisa segue abordagem qualitativa-quantitativa com análise documental de documentos oficiais da Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa e de cada programa, além de revisão bibliográfica para compreensão da maternidade na sociedade. Constatou-se algumas ações

[1]Doutora em Serviço Social. Docente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Sociais e da Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo. Santos/SP/Brasil. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-3524-7623. E-mail: pcardoso@unifesp.br

[2]Bacharela em Serviço Social. Santos/SP/Brasil. Orcid: https://orcid.org/0009-0000-4977-622X. E-mail: detrich.sabrina@unifesp.br

pontuais de abrangência geral em duas resoluções da Universidade e em 5,7% dos programas, revelando apoio fragmentado e insuficiente, demandando revisão e ampliação para ações integradas e efetivas.
Palavras-chave: Maternidade; Pós-graduação; Políticas institucionais; Mulheres-mães; UNIFESP.

Abstract: Motherhood, in the patriarchal-capitalist-racist reality, remains riddled with inequalities that compromise the scientific careers of mothers. This article, based on previous research, analyzes institutional policies supporting motherhood for mothers in stricto sensu graduate programs at UNIFESP. The research follows a qualitative-quantitative approach, with a documentary analysis of norms, ordinances, resolutions, regulations, and notices from the Pro-Rectory of Graduate Studies and each program, as well as a bibliographic review to understand motherhood in society. It was found two general resolutions and in 5,7% of the programs, revealing fragmented and insufficient support, requiring review and expansion for integrated and effective actions.
Keywords: Motherhood; Postgraduate; Institucional policies; Women-mothers; UNIFESP.

Resumen: La maternidad, en la realidad patriarcal, capitalista y racista, sigue estando permeada por desigualdades que comprometen la trayectoria científica de las mujeres madres. Este artículo, basado en investigaciones previas, analiza las políticas institucionales de apoyo a la maternidad en los programas de posgrado stricto sensu de la UNIFESP. La investigación sigue un enfoque cualitativo-cuantitativo con análisis documental de documentos oficiales de la Vicerrectoría de Posgrado e Investigación y de cada programa, así como una revisión bibliográfica para comprender la maternidad en la sociedad. Se identificaron algunas acciones específicas de alcance general en dos resoluciones universitarias y en el 5,7% de los programas, lo que revela un apoyo fragmentado e insuficiente, que requiere revisión y ampliación para lograr acciones integradas y efectivas.
Palabras clave: Maternidad; Estudios de posgrado; Políticas institucionales; Mujeres-madres; UNIFESP.

Introdução

> As mulheres mães da Unifesp são muitas e diversas. Somos docentes, estudantes, técnicas administrativas, terceirizadas. Somos negras, brancas, amarelas, indígenas. Somos mães solo, casadas, com pais presentes ou ausentes, com redes de apoio ou completamente sozinhas. Mas em todas as situações, temos uma sobrecarga de trabalho bastante distinta daquela de nossos colegas homens (Quaglio *et al.*, 2022, p. 1).

A conciliação entre maternidade e carreira é uma realidade que expressa desafios significativos diante de uma sociedade que atribui a nós o papel exclusivo na reprodução social, configurando uma divisão sociossexual desigual quanto aos cuidados. Especificamente na academia, diferentes são as causas da assimetria de gênero, mas certamente a maternidade é um dos elementos centrais, junto a questões de classe e raça, a dificultar o acesso, a permanência e a ascensão das mulheres na academia e na ciência.

Frente a esse contexto, nos últimos anos, as demandas e as experiências das mulheres-mães nas universidades têm ganhado visibilidade, impulsionadas por práticas e pesquisas em âmbito nacional. O mesmo ocorre na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), especialmente a partir da pandemia, com a criação do coletivo

MaternaCiência do qual uma das membras-fundadoras passa a coordenar/orientar pesquisas com o intuito de desvelar a realidade das mulheres-mães da comunidade unifespiana (discentes de graduação, pós-graduação, docentes e técnicas em assuntos estudantis) e impulsionar a criação de políticas institucionais de apoio a essas mulheres.

O presente artigo é fruto dessas pesquisas e buscou compreender, diante da realidade das pós-graduandas/graduandas da UNIFESP, qual o apoio institucional à maternidade que essas mães tinham (ou não) na pós-graduação nos seus diferentes programas. Trata-se de um estudo quantitativo e qualitativo desenvolvido com base em dados provenientes de questionário e de análise documental.

O questionário foi elaborado e aplicado em 2023 em formato online, por meio da plataforma Google Forms. A divulgação ocorreu por e-mail institucional, com apoio do Departamento de Comunicação Institucional (DCI) da UNIFESP[3], e redes sociais com adesão voluntária. O instrumento continha questões fechadas e abertas, voltadas à identificação do perfil e das vivências das pós-graduandas no período entre 2013 e 2023. As respostas foram sistematizadas e organizadas em eixos temáticos sendo analisadas à luz interpretativa das categorias de gênero, trabalho reprodutivo e penalização da maternidade na carreira científica, conforme a metodologia de análise de conteúdo (Bardin, 2016).

A análise documental se desenvolveu a partir do mapeamento das políticas institucionais relacionadas à maternidade na pós-graduação da UNIFESP, abrangendo tanto as regulamentadas pela Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa (Propgpq) quanto as implementadas por cada programa de pós-graduação da universidade. Os dados foram coletados no sítio eletrônico da Pró-reitoria e nas páginas de cada Programa *stricto sensu*, nas seções de Normas e Regimentos, em novembro de 2024. A busca utilizou os descritores: maternidade, mulher-mãe, filho/a, gestante, amamentação e criança, observando as descrições de normas, deliberações, portarias, normativas, regimentos, instruções, editais de ingresso e resoluções. Os documentos mapeados foram analisados por meio de análise documental de conteúdo, buscando identificar a existência, o escopo e o conteúdo das medidas institucionais em apoio à maternidade.

[3] Contamos com o apoio institucional da Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, e do Escritório de Ações Afirmativas, que foi essencial para atingir o número de respostas obtidas.

A articulação entre os resultados das pesquisas possibilitou uma leitura integrada da realidade das pós-graduandas-mães, evidenciando seus desafios e as políticas institucionais existentes. Apresentamos neste artigo uma síntese dos resultados encontrados e reflexões sobre a importância da construção de medidas institucionais de apoio à maternidade como fundamentais para a reversão da assimetria de gênero na academia.

Dar luz a esse tema revela-se necessário, pois, como ressalta Vivas (2021, p. 59), "que sociedade vamos construir, se aqueles que estão à frente das instituições dão as costas à maternidade?". Nesse sentido, o presente artigo visa contribuir para a apresentação e o aprofundamento desse debate, além de fomentar a criação e a visibilidade das políticas institucionais de apoio à maternidade que necessitam virar prioridade nas agendas das universidades.

A maternidade que vivemos

Compreender e discutir a maternidade demanda, de forma imprescindível, a análise do modelo de sociedade em que essa maternidade se realiza, visto que se trata de uma construção social historicamente condicionada por contextos econômicos, políticos e culturais (Badinter, 1985).

Necessário, portanto, situarmos que estamos falando de uma maternidade hegemonicamente vivenciada sob uma perspectiva ocidental, branca, burguesa que constrói a idealização e romantização da função materna a partir do lugar da mulher da procriação, do qual deriva a compreensão de um dispositivo nato: a maternagem, e o consequente acúmulo de funções dos cuidados e afazeres domésticos também apreendidos como natos (Zanello, 2018, p. 145). Assim, a condição biológica de possibilidade de gestar e parir uma vida, vira a justificativa para o "aprisionamento" de mulheres num modelo de feminino que é responsável pelos cuidados com a vida e sua reprodução, que passam a ser vistos também como "naturais" e parte de uma suposta "essência feminina".

Essa, no entanto, é apenas uma das pontas do nó entre patriarcado-capitalismo-racismo que sustenta um sistema de dominação-exploração (Saffioti, 2015). Falamos, pois, de um sistema que tem sua estrutura na hierarquização das relações sociais, sendo

construído a partir do processo de colonização das Américas com a escravização dos povos originários e africanos, e, ao mesmo tempo, o processo de cercamento de terras na Europa que desencadeia a perseguição às mulheres que são a maior resistência à tal processo, o que ficou conhecido como "caça às bruxas". Um mesmo tempo histórico, que cria as pré-condições do desenvolvimento do capitalismo, ancorado no racismo e no patriarcado (Federici, 2019a; Lopes, 2022).

A manutenção deste sistema ocorre pela retroalimentação de tal hierarquização sustentada numa divisão sociossexual e racial do trabalho na qual mulheres são entendidas como inferiores, tendo seus corpos e vidas controladas e destinadas ao trabalho reprodutivo, ocupando a posição de "objetos de satisfação sexual dos homens, produtoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras" (Saffioti, 2015, p. 112).

Conforme destaca Federici (2019), esse papel é um dos pilares essenciais para a sustentação do sistema capitalista, pois ao garantir cotidianamente a reprodução da força de trabalho sem qualquer remuneração, as mulheres subsidiam o capital, que se apropria desse trabalho como um recurso natural e gratuito.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Brasil, 2023), as mulheres brasileiras dedicam, semanalmente, quase o dobro do tempo das tarefas domésticas e de cuidado em relação aos homens, sendo que, dentre elas, as mulheres negras são as que mais trabalham. O preço disso? Um constante estado de sobrecarga, conciliação e esgotamento, visto que sete em cada dez pessoas diagnosticadas com depressão/ansiedade são mulheres (Relatório Think Olga, 2023).

Quando focamos nas brasileiras, os números são ainda mais expressivos: 97% se sentem sobrecarregadas, 94% afirmam estar desgastadas e 75% já tiveram comportamentos explosivos seguidos de culpa, dados divulgados pela TV Cultura (2023) com base na pesquisa *De Mãe em Mãe.* A sensação de culpa é um sentimento recorrente na experiência materna, pois basta algo acontecer que a cobrança vem unicamente à mãe, como diz Vivas (2021, p. 22): "a culpa é sempre nossa"[4].

[4] Entendendo a importância da arte nos processos críticos de apreensão da realidade, indicamos a série recém lançada no Brasil All Her Fault (2025) exibida na plataforma Prime Vídeo, que explicita, de forma silenciosa e dramática, a sobrecarga e super-responsabilização das mães em nossa sociedade (tradução literal do título: "A culpa é dela").

A experiência da maternidade, nesta sociedade, revela-se como um processo solitário, exaustivo e invisibilizado. Além de sentir o peso do cuidado, perdemos espaços e abdicamos de diversas dimensões da vida, como os estudos, o desenvolvimento profissional, progressão de carreira, os desejos e projetos pessoais, e no meio do caminho ainda adoecemos. Vivas (2021) destaca que a maternidade não é o problema em si, mas sim a forma como ela é estruturada e vivenciada no sistema capitalista-patriarcal-racista. Desse modo, é necessária uma organização social que tenha perspectiva do cuidado como responsabilidade coletiva e promova condições específicas e efetivas para que essas mulheres-mães possam seguir suas trajetórias, pois "outra maternidade requer outro tipo de sociedade" (Vivas, 2021, p. 115).

Infelizmente, esse referencial de maternidade patriarcal e neoliberal, que exige das mulheres abnegação e ao mesmo tempo a eficiência em todos os espaços da vida, que cobra uma maternidade idealizada, mas também diz que podemos ser ótimas profissionais e não devemos deixar que a maternidade nos impeça, é o que lidamos cotidianamente e não é diferente nas universidades e institutos de pesquisa.

Maternidades e carreira científica: desafios, impactos e estratégias

Atualmente, vemos um protagonismo feminino no ingresso acadêmico: mulheres representam cerca de 60% das/os estudantes de graduação (Semesp, 2024), na pós-graduação são 55% das/os matriculados em cursos *stricto sensu* e 58% das/os beneficiárias/os de bolsas concedidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (Brasil, 2022-2024). Embora esses números sejam expressivos, não significa que aconteça uma igualdade de gênero (Guedes, 2008), e se colocarmos uma lupa observando importantes detalhes, veremos que seguimos sub-representadas nas áreas com maior *status* social e melhores salários no mercado de trabalho.

Dentre as assimetrias, observamos que as mulheres estão concentradas em cursos que envolvem educação e cuidado, tais como pedagogia, enfermagem, serviço social (Brasil, 2024), enquanto são minoria em cursos de exatas e tecnologia (Brasil, 2024). O mesmo padrão aparece na concessão de bolsas para pesquisadoras/es:

mulheres continuam sendo minoria nas Engenharias e nas Ciências Exatas e da Terra, ao passo que predominam nas Ciências da Saúde e Biológicas (Paiva, 2024).

Além disso, a maioria feminina nos níveis iniciais de formação não acompanha a progressão de carreira, visto que muitas vão ficando pelo caminho por enfrentarem dificuldades para permanecer e progredir. Esse fenômeno tem sido denominado de *efeito tesoura*, um termo amplamente utilizado para descrever a desigualdade de gênero na trajetória acadêmica e científica. Ele ilustra como a presença das mulheres diminui progressivamente à medida que avançam os níveis de formação e posições na carreira, num movimento contrário ao dos homens, formando um padrão gráfico semelhante a uma tesoura, no qual as linhas de participação masculina e feminina se afastam, em inversão.

Bitencourt e Andrade (2023), ao investigarem doutorandas-mães identificaram que elas enfrentam dificuldades em equilibrar as demandas da maternidade com as exigências da vida acadêmica, relevando um conflito constante entre esses dois papéis. As autoras apontam que esse dilema não decorre da maternidade em si, mas da atribuição social de que a mulher deve assumir incondicionalmente o cuidado com o/a filho/a, mesmo diante das demandas acadêmicas. Os resultados mostram que elas vivenciam um acúmulo de tarefas, necessidade de manejo constante do tempo, ausência de corresponsabilidade paterna, sobrecarga e sentimento de culpa.

Estar num programa de pós-graduação requer tempo e disponibilidade: aulas; leituras; Programa de Aperfeiçoamento Docente (PAD); horas complementares; atingir o ideal de produção científica; publicação de artigos científicos; prazos; escrita da dissertação/tese, além da participação em eventos científicos e atividades da universidade. A mulher-mãe pós-graduanda tem de “equilibrar” essas tarefas com as responsabilidades da maternidade: estudos com a criança chorando; manejar constantemente com quem irá deixá-la para ir à aula ou palestra; ter tempo para dar banho, cozinhar, alimentá-la, fazer dormir e dar apoio emocional; conciliar os horários com a entrada/saída da creche/escola; remanejar as obrigações, pois a criança ficou doente; não poder levá-la consigo, pois não há espaços que acolham demanda da infância na grande maioria das instituições acadêmicas.

E quais as condições oferecidas a essa mulher, socialmente, e, em especial, pelo ambiente acadêmico, para que ela possa seguir como pesquisadora e exercer sua

maternidade de maneira saudável e plena? Conforme aponta Saalfeld (2019), as limitações não acontecem apenas com a falta de apoio familiar, mas também do próprio ambiente acadêmico. Sem uma rede de apoio familiar e institucional o processo é exaustivo, e, certamente adoecedor. Na prática, isso se traduz em sobrecarga e tem impacto direto na saúde mental das discentes-mães.

Recentemente uma pesquisa de mestrado evidenciou que, entre os/as cientistas, as mães são mais vulneráveis a ter sua saúde mental afetada em comparação com os pais: 42% das mães cientistas têm probabilidade de depressão, enquanto em relação aos pais cientistas esse índice é de metade, 22%. Entre elas, as mães negras, mães de filhos/as com deficiência e mães sem rede de apoio são os grupos que mais sofrem com essa condição (Alves, 2024).

Referência nas pesquisas da área, o Movimento Parent in Science, tem explicitado a realidade das mulheres-mães nas universidades brasileiras. Uma de suas principais pesquisas, realizada durante a pandemia, investigou a produtividade na academia considerando gênero, raça e parentalidade, em diferentes níveis de formação. Tratando-se da pós-graduação, apenas 11% das mulheres com filhos/as conseguiram trabalhar remotamente, contra 34,1% das mulheres sem filhos/as. Entre os homens, 20,6% dos pais conseguiram atuar remotamente, enquanto 41,1% dos que não têm filhos/as tiveram essa oportunidade. No recorte racial, 9,9% das mulheres negras com filhos/as conseguiram manter suas atividades, frente a 11,6% das mulheres brancas na mesma condição (Parent in Science, 2020). Com base nos dados, podemos afirmar que a parentalidade constitui um marcador relevante de desigualdade no campo acadêmico, afetando de maneira diferenciada mães e pais em comparação às pessoas sem filhos/as, sendo as pesquisadoras-mães as mais prejudicadas, principalmente as mães negras.

Fica nítido que muitos são os desafios e impactos vivenciados pelas pesquisadoras-mães. Sem apoio institucional adequado, muitas seguem sendo forçadas a escolher entre o avanço em sua carreira e o cuidado de sua(s) criança(s): um velho dilema que segue nos perseguindo.

UNIFESP em foco

A realidade das pós-graduandas da UNIFESP não é diferente. À luz da noção de trabalho reprodutivo invisibilizado (Federici, 2017) e da penalização da maternidade na trajetória acadêmica (Machado *et al.*, 2019), os dados do questionário aplicado às pós-graduandas-mães da UNIFESP evidenciam que as dificuldades relatadas não decorrem de escolhas individuais, mas de uma organização institucional que pressupõe disponibilidade plena e contínua para a produção científica.

A universidade é composta por setenta e um programas de pós-graduação *stricto sensu*, englobando mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorado, distribuídos em diversas áreas do conhecimento. Segundo o Portal de Indicadores da UNIFESP (2024), 59,8% do corpo discente da pós-graduação é composto por mulheres, frente a 40,2% de homens, confirmando a predominância feminina abordada anteriormente. No entanto, não há informações relacionadas à parentalidade, o que não nos possibilita realizar análises mais específicas em termos do perfil geral.

Com o objetivo de compreender essa realidade, aplicamos um questionário que obteve 222 respostas de mulheres-mães que cursaram ou cursam a pós-graduação stricto sensu na instituição entre 2013 e 2023. No que se refere ao perfil, a maioria é branca (67%), seguida por pardas (21,7%), pretas (7,2%) e amarelas (4,1%), sem representação indígena. Essa distribuição racial desproporcional aponta que o acesso e a permanência na pós-graduação, mesmo entre mães, permanecem atravessados por desigualdades raciais estruturais. Ademais, o percentual reduzido de participantes com deficiência (1,8%) reforça a falta de representatividade de diversidade.

A faixa etária das respondentes predomina entre 34 e 44 anos (60,7%), seguida pelas faixas de 45 a 55 anos (20,8%) e de 23 a 33 anos (17,1%). Essas informações mostram que a maternidade se articula a trajetórias acadêmicas marcadas por adiamentos e interrupções, especialmente em um contexto no qual a consolidação da carreira científica ocorre de forma tardia. Além disso, há desproporção nas áreas do conhecimento, uma vez que apenas 3,2% estão em Ciências Exatas e da Terra e 2,3% em Engenharias, enquanto 57% concentram-se em Ciências da Saúde e 18,7% em Ciências Humanas. Tal configuração dialoga com a literatura da divisão sociossexual no campo do conhecimento, na qual mulheres permanecem sub-representadas em áreas historicamente e culturalmente masculinizadas e concentradas em campos associados ao cuidado, à reprodução social e às relações humanas.

São mulheres que vivem múltiplas jornadas de trabalho e são as principais responsáveis pelo cuidado, dado que além de serem pesquisadoras, 81% trabalham, 52,8% dividem o cuidado com o pai/outra mãe, mas ficam com a maior parte dos cuidados e 11,5% são as únicas responsáveis por todos os cuidados. Conforme apontam Takahara et al. (2016), a participação das mulheres no estudo e no trabalho não substitui as responsabilidades domésticas e de cuidado, mas se soma a elas, resultando em um acúmulo de funções socialmente atribuídas ao feminino. Logo, vemos que a vivência das mães unifespianas não é única e, sim, estruturante, em razão da não coletivização dos cuidados impactando objetivamente suas condições de dedicação à pesquisa.

Entre os principais impactos, as respondentes apontam: prejuízo na qualidade de suas produções intelectuais; diminuição na produção intelectual; pouco tempo de dedicação, sendo que a maioria consegue se dedicar apenas entre três e cinco horas semanais; dificuldade em participar de projetos na universidade; não conseguem participar de eventos acadêmicos e científicos; e impacto na saúde mental. Esses resultados convergem com os achados do Parent in Science (Machado *et al*., 2019), que mostram a redução significativa da produção científica de mulheres-mães nos anos subsequentes ao nascimento dos filhos.

Essa condição pode comprometer a progressão na carreira, a participação em editais, a obtenção de financiamentos, o credenciamento em programas de pós-graduação (no caso de docentes) e o ingresso nos programas de mestrado/doutorado (em caso de discentes), bem como a participação em projetos e publicações. Isso ocorre porque a publicação de artigos e a produção de conhecimento são critérios centrais para avaliação da produtividade científica. Assim, com a maternidade perdemos em competitividade quando comparadas aos pesquisadores-pais ou às pesquisadoras/es que não são mães/pais.

Predomina no campo acadêmico e científico um modelo orientado pela lógica produtivista e meritocrática, que pressupõe disponibilidade contínua e dedicação integral, desconsiderando as condições da maternidade. A pressão por manter a produtividade junto com a constante conciliação com o trabalho reprodutivo contribui para o adoecimento psíquico das discentes, evasão e descontinuidade de seus estudos.

As pós-graduandas mães unifespianas sentem essa pressão, uma vez que 64,3% já pensaram em interromper ou interromperam sua pesquisa. Esse dado materializa o efeito tesoura, revelando que a maternidade, quando não acompanhada de apoio institucional, transforma-se em um fator de vulnerabilização na permanência acadêmica.

A maioria das participantes (69,7%) afirmou não existir nenhuma política de apoio à maternidade em seus campi, enquanto 24,6% declararam desconhecer a existência de alguma. Diante desse cenário, impõe-se a questão: quais medidas de apoio à maternidade têm sido incorporadas pela universidade?

Com o objetivo de analisar os dispositivos institucionais existentes, realizou-se análise documental dos normativos que regem a pós-graduação. Buscou-se identificar elementos como prazos de integralização, ações afirmativas, critérios de desempate e menção a diferentes formas de maternagem (gestação, adoção, guarda judicial, maternidade solo, entre outras). Foram identificados dois documentos que regem toda a pós-graduação e quanto aos programas, entre os setenta e um existentes, apenas quatro possuem medidas em seus regramentos, totalizando sete ações institucionais que levam em consideração a maternidade. São elas:

Resolução nº 005/2022: estabelece licença-maternidade de seis meses e regulamenta a prorrogação do prazo de integralização em função da licença-maternidade. A elaboração desta resolução foi uma iniciativa do Escritório de Ações Afirmativas (EAF) da UNIFESP.

Atualmente, a prorrogação do prazo de integralização é aplicada em nível nacional. Em 2024, a Lei nº 14.925 (Brasil, 2024)passou a prever a extensão dos prazos para disciplinas, entrega de trabalhos finais e defesa de dissertações ou teses, abrangendo estudantes de graduação e pós-graduação em caso de parto, adoção ou guarda judicial. Essa legislação constitui uma conquista relevante como política pública, ao reconhecer formalmente as demandas da maternidade e promover maior uniformidade, superando a dependência de iniciativas isoladas por parte das universidades.

Resolução nº 102 (Brasil, 2014)*:* esta não se restringe a pós-graduação como a anterior. Trata-se da criação do Núcleo de Educação Infantil – Escola Paulistinha de Educação (NEI-EPE) da UNIFESP, uma unidade pública desenvolvida para o

oferecimento de educação infantil e ensino fundamental I aos filhos/as de servidores, estudantes, docentes da instituição e a comunidade.

A localização na capital de São Paulo limita seu alcance, considerando que a UNIFESP possui outros *campi* em regiões com distâncias discrepantes: Baixada Santista, Guarulhos, Diadema, Osasco e São José dos Campos. Nenhum dos demais *campi* conta com essa mesma estrutura. Além disso, o ingresso na Paulistinha se dá a partir de sorteio de vagas, não sendo garantido, portanto, o ingresso a todas as crianças filhas de estudantes ou servidoras. Essa limitação converge com os dados do questionário, nos quais as participantes apontam a ausência de espaços físicos de acolhimento.

Instrução Normativa nº 2/2023 (Programa de Pós-graduação em Bioprodutos e Bioprocessos) e Regimento Interno (Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva): consideram pessoas responsáveis por cuidados parentais, no caso de cotistas, como um dos critérios de desempate para concessão de bolsas.

No entanto, é importante refletir que restringir esse critério apenas ao desempate, pode ser insuficiente. O ideal seria a expansão desse critério para a distribuição específica de bolsas às mulheres-mães, como é o caso da Universidade de São Paulo (USP) que desenvolveu o Programa Especial PAE-Pesquisadoras Mães da Universidade de São Paulo, destinado a bolsas exclusivas para as estudantes-mães de pós-graduação. Esse é um tema que deve ser discutido, uma vez que recursos financeiros são essenciais para que consigam se manter durante a pesquisa e, infelizmente, há dificuldade de alcance como aponta nossa pesquisa, uma vez que 57,2% das pós-graduandas-mães não recebem ou não receberam bolsa.

Regimento Interno (Programa de Pós-Graduação em História da Arte): estende a licença-maternidade para casos de natimorto e adoção, a indivíduos ou casais héteros e homoafetivos. Essa política reconhece que a parentalidade não está limitada a configurações biológicas ou heteronormativas e sinaliza sensibilidade às especificidades da maternidade.

Edital de Ingresso (Programa de Serviço Social e Políticas Sociais): único programa de pós-graduação que possui especificidades às mulheres-mães no processo seletivo de ingresso. Ele estabelece nos editais, desde 2023, que, no caso de candidatas mães de crianças com até seis anos de idade, o período de avaliação do currículo é ampliado em dois anos para cada licença-maternidade ocorrida nos últimos cinco anos. Esse suporte

busca compensar as possíveis lacunas ou redução de produtividade decorrentes do período de cuidado intensivo exigido pela maternidade na primeira infância. No caso de mães de filhos/as com deficiência, a ampliação do prazo de análise ocorre para filhos/as em qualquer idade.

Além dessas medidas, esse programa também é o único que oferece condição de amamentação efetiva durante a realização da prova de ingresso. O que levanta uma questão em relação com a Lei nº 13.872 (Brasil, 2019) que estabelece o direito de amamentação em concursos públicos. Embora ela não mencione explicitamente os processos seletivos para programas de pós-graduação, abrange os concursos públicos de docência na UNIFESP. Logo, por que não incluir nos demais processos seletivos da instituição?

Atualmente, o campus Baixada Santista conta com iniciativa docente da criação do projeto de extensão Cuidoteca Espaço Erê[5], que dentre suas várias ações junto a puérperas, mães e crianças, está responsável pela gestão de uma sala estruturada pelo projeto para acolhimento de filhos/as de mulheres-mães da UNIFESP, bem como de pessoas que venham participar de eventos no *campus.*

No conjunto, as políticas institucionais voltadas à pós-graduação revelam avanços pontuais no reconhecimento das demandas relacionadas à maternidade, indicando que a universidade começa a assumir, ainda que de forma tímida, a necessidade de enfrentar os desafios vivenciados por mães-estudantes. Contudo, tais medidas permanecem incipientes, sem atender plenamente às especificidades que a maternidade impõe nesse contexto, de modo que muitas mulheres continuam a enfrentar barreiras que comprometem sua permanência e seu desenvolvimento acadêmico e profissional, evidenciando aquilo que a literatura tem denominado como penalização institucional da maternidade, ao transferir integralmente às mulheres a gestão privada de um problema estrutural.

Considerações finais

[5] Trata-se de projeto de extensão que não conta com financiamento institucional e ocorre da mesma maneira que outros projetos: através da iniciativa docente, agremiando extensionistas estudantes e colaboradoras externas. As ações do projeto podem ser conhecidas no @yabaseres.

Os dados da pesquisa analisados à luz das referências teóricas aqui apresentadas nos demonstram que a maternidade vivida nessa sociabilidade atua como um fator expulsivo nos espaços profissionais e de estudos, e contribui para o adoecimento físico e emocional das mulheres.

A falta de apoio institucional somado ao lugar social da mulher na divisão sociossexual do trabalho reforça uma assimetria de gênero nas instituições acadêmicas, caracterizada pela ausência de condições igualitárias e pela uniformidade das cobranças produtivas. Tal dinâmica provoca atrasos nos prazos, queda na qualidade das pesquisas, desistência, dificuldade de participação em atividades acadêmicas e científicas, entre outros.

Os resultados deste estudo mostraram que as pós-graduandas-mães da UNIFESP também passam por isso. A combinação entre sobrecarga de cuidados, lógica produtivista e fragmentação das medidas de apoio produz um cenário no qual a permanência e a progressão acadêmica das pesquisadoras-mães são afetadas. Dessa forma, os dados analisados não apenas confirmam a literatura da área, como evidenciam que, embora existam ações institucionais, o reconhecimento das demandas da maternidade permanece tímido e fragmentado, sendo tais ações pouco acessadas e conhecidas pelas discentes-mães.

Dellazzana-Zanon *et al.* (2023) ressaltam a importância de uma rede de apoio institucionalizada e de políticas públicas específicas, a fim de evitar que mulheres-mães abandonem suas carreiras científicas devido ao despreparo das universidades em oferecer suporte adequado. É necessário que o poder público e as instituições de ensino e pesquisa implementem políticas e medidas institucionais que proporcionem uma experiência de formação de qualidade com suporte adequado às demandas da maternidade.

Fruto das mobilizações de mulheres-mães docentes, técnicas e discentes em todo Brasil, muitas universidades públicas e agências de fomento, têm desenvolvido, nos últimos anos, medidas em apoio à maternidade na ciência.

Algumas instituições vêm sendo destaque no desenvolvimento dessas ações. No âmbito da pós-graduação, há iniciativas voltadas à análise curricular diferenciada para mulheres com filhos/as em editais de processos seletivos. Segundo informações do guia *Editais que consideram a maternidade* (Parent in Science, 2021), a Universidade Federal

do Pampa (UNIPAMPA) e a Universidade Federal Fluminense (UFF) aplicam um fator multiplicador de 1,2 na nota final para mães com filhos/as de até cinco anos. Já a UFSM considera, para candidatas que tiveram filhos/as por gestação ou adoção nos últimos cinco anos a contar da data de publicação do edital, um período estendido de avaliação, abrangendo os últimos sete anos de produção. Além das adaptações em editais, a UFF, após reivindicações estudantis, criou uma sala de apoio à maternidade, destinada à amamentação, alimentação da criança, troca de fraldas e descanso.

A Universidade Federal do Ouro Preto (UFOP) tem desenvolvido ações importantes como o Espaço Brincar ManU; roda de conversa mensal para discutir conteúdos relacionados à maternidade; divulgação de conteúdos em redes sociais; desconto de 50% nas refeições para as crianças das discentes de graduação e pós-graduação no restaurante universitário, instalação de trocadores, dentre outros. Essas ações foram possíveis com apoio do Coletivo Andorinhas e do Programa ManU (Tadim, 2022).

Essas são algumas das importantes iniciativas que exemplificam avanços significativos no apoio à maternidade no ambiente universitário. Para mais exemplos de apoio, a UFF possui um importante documento intitulado *Propostas de Políticas Institucionais de Apoio à Maternidade na Universidade*, e o movimento *Parent in Science* disponibiliza o guia "*Como instituições podem apoiar efetivamente mães estudantes*".

Essas iniciativas expressam marcos importantes no reconhecimento da maternidade como dimensão legítima da carreira científica. No entanto, ao dependerem majoritariamente de iniciativas isoladas e fragmentadas, acabam por restringir o acesso a direitos em maior abrangência, indicando a ausência de legislações nacionais direcionadas às discentes-mães.

É fundamental a institucionalização de políticas públicas federais de caráter universal, sendo as medidas citadas referências relevantes para sua formulação. A atuação da CAPES como agente indutor pode contribuir para a padronização desses direitos, de modo que o apoio à maternidade deixe de ser exceção e integre sistematicamente as políticas de pós-graduação no país.

Na UNIFESP, em 2020 nasce o coletivo MaternaCiência no contexto da dificuldade de docentes com o trabalho remoto durante a pandemia. O coletivo passou a atuar como espaço de organização, articulação política e reivindicação de direitos para as mães no

meio acadêmico, agremiando docentes, TAEs e discentes. Em decorrência, foi criado o Grupo de trabalho Mães da UNIFESP, que, em 2023, se transformou numa Comissão Permanente e tem como missão a estruturação de uma política institucional de apoio à maternidade integral. É fundamental que a comunidade acadêmica compreenda essa como uma tarefa de todos/as e não apenas das mães que integram, em sua maioria, a comissão.

Espera-se que este estudo contribua decisivamente para o fortalecimento e aprimoramento de políticas institucionais na UNIFESP, além de servir como estímulo para que outras instituições deem atenção a essa temática. Reconhecer as iniciativas existentes não basta, é fundamental avançar com vigor na integração e expansão dessas medidas e explorar formas eficazes de suporte institucional, para isso é preciso ouvir as vozes dos grupos de mães.

Um belo provérbio africano tem sido recorrentemente utilizado: "É preciso uma aldeia inteira para criar uma criança". Mas onde está essa aldeia? Ela é escassa no tipo de sociabilidade que vivemos na qual o cuidado permanece relegado e sobrecarregando as mulheres. Até quando?

É fundamental e urgente valorizar o cuidado como prática social compartilhada, bem como que a universidade, enquanto espaço público de formação e transformação, reconheça seu papel e a legítima necessidade de mulheres e crianças, tornando-se de fato essa aldeia tão conclamada em seus corredores: viva, coletiva e que acolha as diferentes maternagens.

Referências

ALL HER FAULT. Estados Unidos: Amazon Studios, 2025. Série de televisão. Prime Video.

ALVES, Sarah Rocha. O impacto da maternidade na saúde mental da comunidade acadêmica: identificando vulnerabilidades. 2024. Dissertação (Mestrado em Ciências Biomédicas) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2024. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/handle/1/32408. Acesso em 11 jan. 2026

BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BITENCOURT, Silvana Maria; ANDRADE, Cristiane Batista. **Dois pesos e duas medidas? Maternidade e vida acadêmica de doutorandas de uma universidade pública.**

Debate Feminista, v. 64, pp. 32–55, 2023. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S2594-066X2022000200032&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 17 jan. 2026

BRASIL. CAPES. **Desafios e conquistas das mulheres na pós-graduação. Brasília, DF: CAPES, 2024.** Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/desafios-e-conquistas-das-mulheres-na-pos-graduacao. Acesso em: 8 jan. 2025.

BRASIL. CAPES. **Pós-graduação brasileira tem maioria feminina.** Brasília, DF, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/pos-graduacao-brasileira-tem-maioria-feminina. Acesso em: 16 jan. 2026.

BRASIL. IBGE. **Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas. Acesso em: 16 jan. 2025.

BRASIL. IBGE. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil.** Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066_informativo.pdf. Acesso em: 10 jan. 2026.

BRASIL. INEP. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2022.** Brasília, DF, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2022.pdf. Acesso em: 13 jan. 2026.

DELLAZZANA-ZANON, Letícia Lovato; DELLAZZANA, Ângela Lovato; SOUSA, Marcela Pereira de; SOUZA, Lidiane dos Santos **(Des)igualdade de gênero na carreira acadêmica: o impacto da maternidade.** Revista Brasileira de Pós-Graduação, v. 18, n. esp., p. 1–16, 2023. DOI: 10.21713/rbpg.v18iespecial.1901. Disponível em: https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/1901. Acesso em: 17 jan. 2026.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista.** São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais.** Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019a.

GUEDES, Moema de Castro. **A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino.** História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 15, supl., p. 117–132, jun. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/hcsm/a/tPvR4dWz5GzGCgn4c6GCZHp/abstract/?lang=pt. Acesso em 12 jan. 2026.

LAB THINK OLGA. **Esgotadas.** 2023. Disponível em: https://lab.thinkolga.com/wp-content/uploads/2023/08/LAB-Think-Olga-Esgotadas.pdf. Acesso em: 11 jan. 2026.

LOPES, Weber Góes. **Racismo e eugenia na formação social brasileira.** In: EURICO, Márcia; SILVA, Maria Liduína de Oliveira; PASSOS, Raquel Gouveia; GONÇALVES, Renata (orgs.). *Antirracismos e Serviço Social.* São Paulo: Cortez, p. 25-37, 2022.

MACHADO, Letícia Santos; PERLIN, Marcelo; SOLETTI, Rossana Colla; ROSA E SILVA, Livia Kmetzsch; SCHWARTZ, Ida Vanessa Doerderlein; SEIXAS, Adriana; RICACHENEVSKY, Felipe Klein; NEIS, Alessandra Tamajusuku; STANISCUASKI, Fernanda. **Parent in Science: the impact of parenthood on the scientific career in Brazil.** *2nd International Workshop on Gender Equality in Software Engineering*, IEEE/ACM, p. 37–40, 2019. Disponível em: https://www.parentinscience.com/documentos. Acesso em 7 jan. 2026.

PAIVA, Thereza Cristina de Lacerda Paiva. **Mulheres em STEM – por que somos tão poucas?** In: OLIVEIRA, Leticia de; ROQUE, Tatiana (orgs.). Mulheres na ciência: o que mudou e o que precisa mudar? Rio de Janeiro: Oficina Raquel, p. 146–160, 2024.

PARENT IN SCIENCE. **Editais que incluem a maternidade.** Newsletter, 2021. Disponível em: https://www.parentinscience.com/documentos. Acesso em: 8 jan. 2026.

PARENT IN SCIENCE. **Produtividade acadêmica durante a pandemia: efeitos de gênero, raça e parentalidade.** 2020. Disponível em: https://www.parentinscience.com/documentos. Acesso em: 8 jan. 2026.

QUAGLIO, Fernanda; BORGES, Andrea; BEZERRA, Andréia Gomes; SILVA, Regina Helena; BEZERRA, Camilla Pontes; PIRES, Elaine Muniz; CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves; BRESOLIN, Iara Rocha Antunes Pereira; ANTONIO, Clélia Rejane**. A criação de grupos de valorização das mães cientistas para o combate à assimetria de gênero na academia: o exemplo do MaternaCiência na UNIFESP**. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE MATERNIDADE E CIÊNCIA, 3., 2021, [online]. *Anais [...]*. [S. l.: s. n.], 2021. Disponível em: https://certificates-congresse-me.herokuapp.com/iiisbmc-pis/resumos/21738.pdf?version=original. Acesso em: 14 set. 2026.

QUAGLIO, Fernanda; CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves; SILVA, Regina Helena da; BERTONCINI, Clélia Rejane Antonio. **Maternidade e ciência em tempos de pandemia: casa, comida e artigo publicado.** Adunifesp, São Paulo, 20 maio 2020. Disponível em: https://adunifesp.org.br/maternidade-e-ciencia-em-tempos-de-pandemia-casa-comida-e-artigo-publicado/. Acesso em: 14 set. 2026.

SAALFELD, Thaís. **Maternidade e vida acadêmica: limites e desafios das estudantes mães na Universidade Federal do Rio Grande - FURG.** 2019. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) – Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande. 2019. Disponível em: https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/FURG_9922879232796ab9ff22207bb5905f4e. Acesso em 15 jan. 2026.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, p. 112, 2015.

SEMESP – Instituto Semesp. **Mapa do ensino superior no Brasil.** 14. ed., 2024. São Paulo: Semesp, 2024. Disponível em: https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2024/04/mapa-do-ensino-superior-no-brasil-2024.pdf. Acesso em: 16 jan. 2026.

TADIM, Kelly Lorrayne Magalhães. **Maternidade na Universidade: desafios e estratégias de permanência das mulheres ufopianas.** 2023. 64 f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2023. Disponível em: https://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/5755. Acesso em 15 jan. 2026.

TAKAHARA, Aline Lago; MENDES, Ana Maria Pereira Coelho; RINALDI, Giullia Paula. **Mulher Na Educação Superior: Alguns Apontamentos Para O Debate.** Caderno PAIC, *[S. l.]*, v. 17, n. 1, p. 605–622, 2016. Disponível em: https://cadernopaic.fae.edu/cadernopaic/article/view/233. Acesso em 17 jan. 2026.

TV CULTURA. **Maternidade: mais de 90% das mães brasileiras vivenciam esgotamento mental, aponta pesquisa.** Cultura UOL, São Paulo, 9 maio 2023. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/noticias/63957_maternidade-mais-de-90-das-maes-brasileiras-vivenciam-esgotamento-mental-aponta-pesquisa.html. Acesso em: 10 jan. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. **Portal de indicadores**. 2024. Disponível em: http://indicadores.unifesp.br/. Acesso em: 16 jan. 2026.

VIVAS, Esther. **Mamãe desobediente: um olhar feminista sobre a maternidade.** São Paulo: Timo, 2021.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação.** Curitiba: Appris, p. 145, 2018.

Licença: Copyright é retido pelo/a autor/a (ou primeiro co-autor) que outorga o direito da primeira publicação ao Jornal de Políticas Educacionais. Mais informação da licença de Creative Commons encontram-se em https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0. Qualquer outro uso deve ser aprovado em conjunto pelo/a/s autor/a/es/as e pelo periódico.